

MANUEL JOÃO RAMOS

UM MUNDO DE CONTRARIOS:
PRESTE JOÃO/NEGUSA NEGAST



UM MUNDO DE CONTRARIOS: PRESTE JOÃO/NEGUSA NEGAST *

Prof. MANUEL JOÃO RAMOS

No século XII, começaram a circular nas cortes europeias diversas versões de uma carta que um suposto rei asiático, de nome Preste João, teria enviado ao Basileus Manuel Comeno, imperador de Bizâncio. Apresentava-se como um soberano cristão, magnificente, que comandava um império vastíssimo, a quem dezenas de reis e duques, centenas de condes e arcebispos prestavam vassalagem ¹. As suas roupas seriam tecidas por salamandras e purificadas pelo fogo. Localizado nas "Índias", pretendia uma aliança com o Ocidente cristão para fazer a guerra ao inimigo comum, o Islão. A *Carta do Preste João* descreve ainda as maravilhas e riquezas fabulosas do seu reino – a pimenta, as pedrarias, a seda –, e, na sua periferia, a existência de homens mudos, homens com cornos, com três pernas, gigantes, com cabeça de cão, com cascos nos pés, e ainda, animais "maravilhosos". O seu reino seria atravessado por um rio que procedia directamente do Paraíso.

Esta *Carta* condensa uma imagem precisa, não apenas do Preste João como um soberano cristomimétrico ², mas de todo um espaço social, natural, e sobrenatural. Nele actuam, como codificações que o enformam, concepções cosmológicas e geográficas cujo

* Este texto foi inicialmente apresentado sob forma de comunicação num colóquio internacional sobre Literatura de Viagens, que decorreu em Outubro de 1987, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa.

¹ "*Intellige et sine dubitatione crede, quia ego, Presbiter Johannes, dominus sum dominantium et praececelo in omnibus divitiis, que sub caelo sunt, virtute et potentia omnes reges universae terrae. Septuaginta duo reges nobis tributarii sunt*". Segundo cita a edição de F. Zarnke, "Der Priester Johannes", in: *Abhandlungen der Philologisch-historischen Classe der koeniglich-sachsichen Gesellschaft der Wissenschaften*, vol. VII, Leipzig, 1879, p. 910. Na *História da Cartografia Portuguesa* (vol. 1, Coimbra, 1969, pp. 257 seq.), Armando Cortesão apresenta uma cópia do século XIV da Carta (Códice Alcobacense: *Da Índia e dos Milagres*); ver também D. Maurício, "Ainda a 'Carta do Preste João' das Índias", in: *Brotéria*, vol. LXXI, 9, Lisboa, Março, 1961, pp. 285-302.

² Cfr. J.-P. Albert, "Le roi et les merveilles: à propos de la légende du Prêtre Jean", in: *Cahiers de Littérature Orale*, XXIX, Paris, 1991, pp. 17-45.

reconhecimento é fundamental para podermos compreender a visão que o motivo do Preste João exprime³.

Mas esta construção medieval da imagem de um rei cristão, senhor de um império asiático fabuloso, é progressivamente desarticulada, com as viagens marítimas e terrestres que correspondem ao primeiro ciclo dos descobrimentos para oriente, e à subsequente transformação dos quadros geográficos e cosmológicos europeus. Na verdade, a imagem do Preste João sofreu uma transfiguração radical, que se completou durante o século XVII. Propunhamo-nos então rever sumariamente algumas das etapas da evolução que a figura do Preste João sofreu, e como a fórmula original descrita na Carta, que propunha uma assimilação entre o rei oriental e Cristo Cosmocrator, se extinguiu.

Em múltiplos pormenores, a descrição quatrocentista de Mandeville (*As Viagens de Sir John Mandeville*)⁴ reproduz a *Carta do Preste João*, surgida durante o século doze, e um conjunto de concepções valorizadas no período das cruzadas, que atribuíam ao Preste o carácter de potencial aliado contra a invasão da Terra Santa pelos muçulmanos. Assinale-se que, desde a *Carta*, a manipulação da imagem do Preste privilegiou o uso de um código teológico explícito⁵. São, por isso significativas, nas *Viagens...*, as referências a uma fé cristã herética (a ignorância, no reino do Preste João indiano, de alguns artigos da verdadeira fé)⁶.

Na mesma altura em que são publicadas as *Viagens de Mandeville*, começa a tomar forma no imaginário europeu uma deslocação do locus do reino, da Ásia para a África. No início do século XIV um certo Riccardo de Poitiers, monge de Cluny, noticia a existência de reis cristãos africanos, um residindo na Núbia, o outro na Etiópia. Um

³ A construção sociológica de uma *Oecumena* delimitada pelas sínteses cartográficas medievais, que procuravam adequar uma concepção clássica da Esfera ao postulado bíblico de Terra Plana centrada em Jerusalém, decorre de uma estrutura cosmológica que propunha a existência da humanidade ocidental, num plano baixo, oposto ao Paraíso terrestre, a oriente, num plano alto, e Jerusalém, centro do mundo, num plano intermédio. Na literatura de viagens medieval, que englobava tanto os *Itinerários* e *Roteiros* (Odoric de Pordenone, Marco Polo, de Hesse) como os *Livros de Maravilhas* (Vincent de Beauvais, Jordano de Séverac, Mandeville), e se repercutia nas *Cosmografias* e nos *Imago Mundi* (Santo Isídoro, Capella, Pierre d'Ailly), é evidente a obediência a esta repartição teológica dos espaços. A progressão do viajante para Oriente é sujeita a um "ritual rigoroso". Cfr. W.G. Randles, *De la Terre Plate au Globe Terrestre*, Paris, 1980, pp.17 seq.

⁴ *The Travels of Sir John Mandeville* (cerca de 1356), foi originalmente escrito em francês (Anglo-Normando, corrente na corte inglesa até depois da Peste Negra). Rapidamente traduzido, além do latim, em quase todas as línguas da Europa ocidental, circulou, na forma de manuscrito e depois de livro impresso, até bastante tarde tanto como "verdadeira informação", ou considerado no grupo dos "mirabilia" -Randles (op. cit., p. 18.) menciona 35 edições das *Viagens* antes de 1501. Serviu como fonte a, entre outros, Munster, sobre o mundo oriental, na *Cosmographia* (1544).

⁵ Zarneke, idem, p. 910: "*Devotus sum christianus, et ubique pauperes christianus, quos clementiae nostrae regit imperium, defendemus et elemosinis nostris sustentamus...*".

⁶ Referências coincidentes com o conjunto de textos que, presumivelmente, serviram de fonte a Mandeville: Marco Polo, Wilhelm Ruybroeck, Giovanni di Montecorvino, e Odorico da Pordenone caracterizam os cristãos de Preste João como "nestorianos" (para uma apresentação resumida destas fontes, cfr. U. Knefelkamp, *Die Suche nach dem Reich des Priesterkönigs Johannes. Dargestellt anhand von Reiseberichten und anderen ethnographischen Quellen des 12. bis 17. Jahrhunderts*, Gelsenkirchen, 1985).

dominicano visita a Etiópia (cerca de 1315), e identifica, num relatório enviado ao Papa João de Avignon, o monarca etíope (o "*Negusa Negast*", ou rei dos reis) como sendo o "Imperador africano a quem vos chamais de Preste João". Em 1402, Antonio Bartoli, florentino, apresenta-se em Veneza como embaixador do rei Dawit I, um dos primeiros reis da dinastia salomónica na Etiópia, enquanto Henrique IV de Inglaterra lhe envia uma carta (1400), identificando-o como "rei da Abássia Preste João". Em 1443, enviados eclesiásticos etíopes à corte pontifical de Eugénio IV, em Florença, são interrogados por uma comissão de cardeais sobre as características da sua doutrina e culto, do país e do soberano (nomeadamente sobre o seu poderio militar)⁷. No fim do século, quando são referenciados embaixadores etíopes na corte de Afonso IV de Aragão, e quando Afonso VI de Portugal envia presentes, por eles, ao "Preste João"⁸, está já confirmada a deslocação do reino para a África oriental. Simultaneamente, vários autores deste período propõem uma visão negativizada do cristianismo indiano baseado no culto herético de S. Tomé (Jordano de Séverac, Giovanni da Marignoli, Pietro Rombulo, etc).

A esta deslocação corresponde um período de indefinição relativamente longo (do século XIV a finais do século XV) de busca de novas coordenadas para a fixação cosmológica, geográfica e cartográfica do reino num espaço distinto. Se a bula *Romanus Pontifex* (1455) mencionava apenas os esforços de navegar para as Índias, "que se diz venerarem o nome de Cristo", para "descobrir terras cristãs para lá dos inimigos [muçulmanos]", o mapa de Fra Mauro, de 1459, anota, na parte relativa a África, que "existem muitas ilhas e algumas povoadas de cristãos"⁹, e um portulano catalão de Modena (cerca de 1433) menciona que "Nesta região reina um grande imperador, o Preste João, senhor dos Indos que são negros por natureza". No princípio do século XVI, Duarte Pacheco Pereira (*Esmeraldo de Situ Orbis*) escreve que a "Etiópia Superior começa no rio Indo, além da Pérsia, de que a Índia este nome tomou"¹⁰.

A localização etiópica do "Preste João" consolidou-se, na cartografia, antes de 1520. No entanto a primeira definição do rei etíope era fortemente dependente do Preste João asiático. Numa legenda do mapa designado *Kunstman IV* (1519), é dito que "O rei de Abássia é poderosíssimo e cristão. Tem sob o seu ceptro reis e chefes"; mas novos elementos foram entretanto introduzidos: "é etíope negro e encarapinhado, mas de certo modo aproximando-se do branco", concepção que também podemos encontrar na

⁷ Cfr. Biondo Flavio, no *Historiarum ab inclinatione Romanorum*, informa que os monges consideravam o nome de Preste João atribuído ao seu soberano uma "apelação absurda". Poggio Bracciolini, que também refere a presença etíope em Florença, nas *Historiae de varietate fortunae*, complementa-as com as informações prestadas pelo viajante italiano Niccolò de Conti sobre um reino paradisíaco e "indiano" da Etiópia, que contrasta com um olhar negativo sobre o cristianismo propriamente indiano.

⁸ A. Davis cita, da *Chancelaria de D. Afonso V* (liv. 1, fol. 78), um relato da embaixada portuguesa: "Ihe deu cento e noventa e cinco reaes e quarenta alqueires de trigo e vinte e cinco almudes de vinho e sessenta e quatro soos a Jorge embaçador do preste Joham que lhe mandamos pera mantimento de hu mes por quanto o mandamos ao duque de Bergonha" ("Background to the Zaaga Zab Embassy", separata de Studia, n.º 32, Lisboa, 1971, p. 224).

⁹ L. Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1986, p.116.

¹⁰ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, 1975, p. 80 (fac.sim. da edição de 1905).

Verdadeira Informação da Terra do Preste João, do Padre Francisco Alvares, que acompanhou a embaixada portuguesa à Etiópia, e que se encontrou com o "novo Preste João", na sua própria corte: "era novo e não muito preto, seria de cor castanha ou de maçã baionesa não muito parda e em sua cor bem gentil-homem")¹¹.

Randles, num artigo de 1960¹², lembra que, na Idade Média, o rio Nilo era considerado como a fronteira da Índia, e que, com as explorações da costa africana, o rio Senegal, o Niger e finalmente o Congo, foram sendo tomados como braços do Nilo que desaguavam no Atlântico — o que implicaria que todas as regiões a Oriente desses rios eram tomadas como terras do Preste João. Este raciocínio, recorrente em Zurara, por exemplo, está por trás das relações entre Portugal e o rei do Congo, nos fins do século XV. Cadamosto, no *Tratado da Esfera*, afirma que o Senegal é um braço do Nilo, "que nasce no Paraíso terrestre".

É fundamental lembrar que, durante este período de transição do reino da Ásia para a África, a perspectiva bíblica que faz proceder o Nilo do Paraíso foi suportada pela concepção de geógrafos como Pompónio Mella que postulavam a existência de duas Áfricas - a Hespéria (atlântica) negativamente conotada, ao contrário da Etiópia oriental -, e que essa confluência tornou conceptualmente possível a aceitação, na Europa do século XVI, de um reino africano do "Preste João das Índias". De algum modo, a constituição de um reino "etíópico" do Preste João das Índias poderá ter sido influenciada por uma colagem das informações de viajantes etíopes na Europa à visão proposta pela *Carta*.

Desta deslocação da Índia para a África oriental decorre, na visão expressa por autores portugueses do período dos descobrimentos, a dupla distanciação espacial e conceptual do motivo do rei cristão, em relação à área de produção de especiarias, ou seja, uma autonomização do código teológico. Desde a *Crónica dos Feitos da Guiné* de Zurara, e das Bulas papais *Dum Diversas*, de 1452, *Romanus Pontifex*, de 1455, *Inter Caetera*, de 1456, o código teológico é preferentemente utilizado para estabelecer a identidade sociológica da figura do "descobridor" num espaço desconhecido: associando geralmente as zonas negativas desse espaço por referência ao "mouro", e as positivas por referência ao "cristão". Assim, visto da foz do Níger, "afluente" do Nilo, o reino do Benim, a oriente, é definido como o reino do Preste João; depois, no golfo da Guiné, o reino do Congo sofre processo idêntico; os hindús de Calecute são cristãos para Álvaro Velho. A gentildade, os homens selvagens, "tábuas rasas", não sendo interlocutores político-económicos do "descobridor" do Oriente (para ocidente o registo é diferente) assumem uma função neutra nos primeiros relatos de viagem e conquista.

Da deslocação do reino para África decorre também uma transformação de outra ordem: o novo Preste João africano, localizado na Etiópia, tornou-se um rei negro (*Aethiopia*, o "país das caras negras"). De descendente de Sem, tornou-se descendente de Cam, portanto de uma raça amaldiçoada por Deus, segundo a Bíblia. Duarte Pacheco

¹¹ Francisco Álvares, *Verdadeira Informação da Terra do Preste João*, (1540), Lisboa, 1943, p. 214.

¹² W. G. Randles: "Notes on the Genesis of the Discoveries", *Studia*, vol. 4, 1960, pp. 20 seq.

Pereira, por exemplo, é explícito, quanto à localização dos descendentes de Noé: "...depois do universal dilúvio e total destruição do qual por divino privilégio o Santo Noé e seus filhos escaparam (...), por eles e sua geração foi possuído todo o Universo e por esta razão se diz que Sem, seu primogénito, habitou a parte oriental, Cão a parte do Meio-dia, e Jafete habitou a parte setentrional"¹³.

Dois textos que muito cedo se tornaram conhecidos na Europa, a *Verdadeira Informação da Terra do Preste João*, do Padre Francisco Álvares, que descreve a primeira embaixada portuguesa ao rei etíope, e o *Fides, Religio et Moresque Aethiopicum*, de Damião de Gois¹⁴, dão-nos conta, na mesma altura (1540), de um conjunto de inversões operadas sobre a imagem medieval. O problema teológico relacionado com o cristianismo do Preste João, agora já definitivamente e publicamente contactado, ganha uma nova dimensão, num período em que numa Europa dividida se degladiavam a reforma protestante e a reacção católica da contra-reforma. O motivo da cisão copta e do monofisitismo etíope e da separação das duas Igrejas, durante o concílio de Efeso, apenas levemente mencionado nos relatos medievais sobre o Preste João, passa a constituir um tema central das polémicas sobre a heterodoxia da "crença cismática" dos etíopes¹⁵.

De uma primeira constatação de "confusão quanto a certos artigos da fé", anotada por Mandeville¹⁶, vemos adensarem-se as acusações, no século XVI, de não aceitação da dupla natureza de Jesus Cristo, a incorrecta consagração do corpo de Cristo durante a missa (pão levedado e uvas esmagadas), e também de irregularidades várias no ritual, próprias da Igreja etíope: o baptismo anual, a integração de motivos pagãos nas cerimónias de eucaristia, a vida pecaminosa dos padres e ordens monásticas (permissão de casamento), a aceitação de ritos hebraicos (a circuncisão) e de costumes muçulmanos (a poligamia).

O clima e a paisagem do novo locus do Preste João é também um elemento permanentemente, e negativamente, sublinhado. Sujeito a calores tórridos, num território árido, invadido regularmente por pragas de insectos, é dominado por uma quantidade infundável de feras. Já com Francisco Álvares, mas sobretudo com o início da missão jesuíta na corte etíope¹⁷, a Etiópia é apresentada como um espaço onde, entre pequenos núcleos sociais, o deserto inóspito abriga bandos de assaltantes, e perigos sem fim. Em termos sociológicos, a nitidez de uma administração feita sobre uma

¹³ *Esmeraldo de Situ Orbis*, ed.cit., p. 25.

¹⁴ Publicado pela primeira vez em Louvain, em 1540.

¹⁵ Sobre este assunto, veja-se *Os Annaes de El-Rei D. João III*, (1600), de Frei Luis de Sousa, sobre as inquirições do Inquisidor-Mor do reino, Cardeal D. Henrique ao embaixador etíope; e Alexandre Herculano: *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, (1879), e ainda a carta "Alfonsus Cardinal is Frater Johannis III ad Davidem Regem Aethiopiae" in: Davis, op. cit., p. 262, e o *Fides Religio et Moresque Aethiopicum*, de Damião de Gois.

¹⁶ *The Travels of Sir John Mandeville*, Londres, 1983, p.182.

¹⁷ Cfr: sobretudo a *História de Etiópia*, do Padre Pero Pais, Porto, 1945-1946, (do Ms.778 da Bib. Púb. de Braga), e a *História Geral de Etiópia a Alta*, do Padre Manuel Almeida, refundida pelo Padre Baltazar Teles (1660), Porto, 1936.

sociedade virtuosa, desconhecadora da fraude, do roubo, do egoísmo, dá lugar a uma cadeia administrativa centrada no rei, que é recorrentemente quebrada pelas ambições dos "capitães" e "governadores", pela traição e oportunismo dos habitantes ("cristãos", quando o imperador está perto; "mouros" quando os exércitos Somalis se expandem para Norte)¹⁸ e pela arbitrariedade e capricho do Preste. Na própria corte, os roubos e assassínios são frequentes. O povo vive esfomeado, e, devido ao clima, é, já Francisco Álvares se queixa, extraordinariamente preguiçoso e fraudulento.

Em Francisco Álvares, a estranheza pelos costumes etíopes é simultânea ao reconhecimento da estranheza que a embaixada causa na Etiópia, e sobre os preceitos católicos (nomeadamente sobre o baptismo e a forma da comunhão)¹⁹. O rei tem ainda traços de *Presbiter*: veste uma "...opa de brocado [el (...)] de os joelhos abaixo um rico pano como gremial de Bispo"²⁰.

E, nas respostas às perguntas do arcebispo de Braga, no fim do texto, declara não existirem judeus na Etiópia (a despeito da etnia Falasha). Apesar do tom de deslumbramento forçado que percorre o livro (sempre em busca de igrejas e conventos), acaba por reconhecer que os etíopes "comem carne crua", que são incapazes de aproveitar a fertilidade e riqueza do solo, vivendo em aldeias com casas de madeira e palha, sem verdadeiras cidades, nem castelos, e que "o povo [diz] pouca verdade ainda que dão juramento"²¹.

Desde as descrições da expedição de Cristóvão da Gama contra o Somali Granhe, em socorro de Cláudio (Galawdevos), entretanto refugiado "perto da fonte do Nilo", (acusado pelo escritores jesuítas de causador moral do martírio de Cristóvão da Gama²²), portanto a partir de meados do século XVII, é evidente a inadequação do rei etíope à imagem de poderio militar expressa na *Carta* e retomada em 1513, por Afonso de Albuquerque²³.

Desde então, e até à sua expulsão final em 1634, descrita no *Itinerário*²⁴ pelo Padre Jerónimo Lobo, último Patriarca católico na Etiópia, as tentativas cada vez mais coercivas dos missionários jesuítas, para reduzir a Etiópia à "verdadeira fé", levam-nos a

¹⁸ Telles, ed. cit.: "logo se fizeram mouros, mas (como bem diz o Padre Francisco Álvares, na sua *História*), são eles muito fáceis nestas mudanças de religião." (p.139).

¹⁹ Francisco Álvares, ed. cit. p.211.

²⁰ Idem, p. 219.

²¹ Idem, pp. 415-423.

²² Veja-se os capítulos sobre Cristóvão da Gama na *História de Etiópia* de Pero Pais, Vols. II e III de C. Beccari, *Rerum Aethiopicarum scriptores occidentales inediti a saeculo XVI ad XIX*, Roma, 1905-1906, aliás reproduzidos por Baltazar Teles (*História geral de Etiópia a Alta*, Porto, 1936, Liv. II, cap. XI). Sobre a expedição Cfr: Castanhoso, *Tratado dos Feitos de Cristóvão da Gama em Etiópia*, editado em 1897, em Lisboa, que serviu de fonte a Gaspar Correia, D. João de Castro, e a vários jesuítas.

²³ Afonso de Albuquerque, para empobrecer o núcleo do império mameluco, no Egipto, contava que o monarca etíope pudesse desviar o curso do Nilo e expulsar os turcos do mar vermelho, cuja fonte se deveria encontrar no seu reino (já que a fonte da juventude medieval tinha ficado, mais a Oriente, na Índia do "outro" Preste João). Cfr: *Cartas da Albuquerque*, vol. I, p. 238, editadas por Bulhão Pato (Lisboa, 1884).

²⁴ *Itinerário e outros escritos inéditos*, Lisboa, 1971. Publicado inicialmente pelo Padre Legrand: *Relation (Voyage) Historique d'Abissinie du R. P. Jerome Lobo de la Compagnie de Jesus*, Paris, 1728.

multiplicar, nas *Informações*, nas *Cartas Annuas*, nas *Histórias*, os traços heréticos e a-culturais, do reino africano. A sua religiosidade irregular, está próxima da idolatria: o Padre Baltazar Teles, na *História geral*, queixa-se da: "... infernal heresia de não haver em Cristo Senhor Nosso mais que uma natureza." (humana e divina)²⁵. A poligamia e os privilégios femininos, longamente combatidos pelos jesuítas²⁶, são conotados com o desregramento social, e índices de indiferenciação de estatutos sexuais; a arbitrariedade real e a maldade dos governadores traduzem a desordem social do reino; se os súbditos são apresentados próximo da nudez, o rei apenas se distingue pelo ornamento, não pelo vestuário.

Ao contrário do que fora imaginado, não existem, em definitivo, cidades na Etiópia: segundo Baltazar Teles teriam existido, mas anteriormente à perda da fé católica - antes do século VI.; as casas são geralmente feitas de troncos de árvores e cobertas de folhas (mesmo o ensino, pelos portugueses, do trabalho da pedra, não parece ter sido apreendido). Finalmente, parecem ignorar todas as qualidades morais: são traidores, egoístas, inconstantes, sem virtudes. Nas palavras lapidares do Padre Manuel Almeida, gorado o projecto missionário jesuíta, a Etiópia deve ser descrita como uma "quimera, nem fictícia nem imaginária mas real, para que todo o mundo possa saber que esta nação é a mais estranha monstruosidade que a África, a mãe dos monstros, criou nas suas remotas e selvagens selvas"²⁷.

O tema inicial foi, ponto por ponto, invertido. Partindo da tese de um rei "fabuloso", nos confins da Ásia, os europeus e especialmente os portugueses elaboraram, ao longo de dois séculos, a hipótese de um rei "possível", num lugar cada vez mais definido, em África. Os cronistas e os missionários jesuítas portugueses, perante uma realidade abordada, revestiram esse rei "real", e a sociedade etíope, de caracteres anti-culturais, num momento em que, coincidentemente, o mundo cristão se dividia, o império marítimo português se desarticulava, que o monopólio da Viagem para Oriente desaparecia, e que Portugal perdia a independência política.

O Padre Jerónimo Lobo, expulso da Etiópia, durante o domínio espanhol em Portugal, postula, numa *Breve Notícia*²⁸, através do recurso à justificação histórica, a existência de dois reinos cristãos: um em África, outro na Índia, e que aquele tinha, por confusão dos franceses, tomado o título deste, que era na verdade o Preste João²⁹. O Preste João tinha entretanto desaparecido: "Que o Imperador da Abássia não seja o antigo Preste João é coisa certa, porque o que antigamente assim se apelidava nem notícia há dele agora, e também porque este príncipe Preste João tinha seu Império e era conhecido

²⁵ Baltazar Teles, ed. cit. p. 117.

²⁶ Afonso Mendes, *Informação do estado das Coisas em Etiópia no anno 1632* (Biblioteca da Ajuda, Ms 51-V-15, fo 125-142).

²⁷ Manuel de Almeida, prefácio da *História de Ethiopia a Alta ou Abassia* (ms. S.O.A.S., 11.966).

²⁸ "Breve notícia e relação de algumas coisas novas curiosas certas nam vulgares..." (Ms. da Biblioteca da Ajuda) publicado em adenda ao *Itinerário*, (Lisboa, 1971).

²⁹ Jerónimo Lobo, ed. cit., p.789.

em Ásia" ³⁰. Para Jerónimo Lobo, último Patriarca católico na Etiópia, expulso pelo imperador Faciladas, este, orgulhado, com a sua sociedade, num estado de quase selvajaria, nunca foi o Preste João medieval ("... e eu agora digo por conclusão não ser o Imperador Abexino o Preste João antigo Asiático" ³¹).

A imagem original do Preste João, se é impossível ser encontrada num eixo espacial, e se foi substituída por outra, construída em espelho, não se perde, porém, para Jerónimo Lobo. É sabiamente projectada numa cadeia temporal: "... é coisa certa, segundo os Autores escrevem, aver [existido] um Príncipe Cristão no Oriente conhecido na Ásia, poderoso em terras, riquezas e vassalos; cristão de profissão do qual contam grandes particularidades e como dele não haja já mais que o nome, *tudo o mais consumo o Tempo*, como costuma. Têm por certo os que são vistos em antiguidades que este tal [é o] Príncipe de Narsinga ou Bisnaguá porque nos séculos antigos o Príncipe que possuía este Império entre os reinos que senhoriava era tudo o que se chama Índia e muitos reinos e províncias confinantes, com que veio a conseguir o nome de grande Príncipe; porém dele ao presente não há já mais que uma fama bem apagada" ³².

*
* *

Estes temas, aqui resumidamente apresentados, parecem fazer levantar a suspeita de que uma "armadura" mais geral se esconde algures, e de que eles não passam de índices. Estamos, portanto, em presença de dois personagens, de realidade questionável (a fábula de um cristomimético do Rei dos reis; a construção do Rei selvagem), imaginados num Espaço que não possuímos, ou num Tempo que (ainda, ou já) não é o nosso, cujos contornos extravasam as funções que a História lhes atribui: como máscaras aplicadas às projecções da ideologia ocidental.

Não creio ser necessário para apercebermos essa armadura privilegiar o motivo medieval do reino "mítico" ou "utópico" na Índia em detrimento da perspectiva renascentista do reino "real" do *Negus* etíope, ou o contrário, como alguns autores parecem propôr. Lima de Freitas, num artigo recente associa o Preste João às demandas do Graal, considerando que "a verdadeira natureza do 'Oriente' onde habita o 'Rei dos Reis' é simbólica", e por isso a identificação com o rei etíope constituiu um erro logo reconhecido: "A Etiópia, afinal, não era o reino desejado do Preste João (...). Se os portugueses foram os primeiros a iludir-se, foram também os primeiros, e bem depressa, a dar-se conta do engano" ³³. Mas C. R. Boxer, e a generalidade dos historiadores dos Descobrimientos postulam o contrário, associando o rei monofisita etíope ao Preste João,

³⁰ Idem, p.786.

³¹ Idem, p.787.

³² Idem, p.786 (os itálicos são meus).

³³ Lima de Freitas "Considerações portuguesas em torno do Preste João" in: *Cavalaria Espiritual e Conquista do Mundo*, Lisboa, 1986, pp. 131, 133.

negando-lhe um locus asiático "real". Para Luis de Albuquerque, nomeadamente, tudo o que autores como Mandeville escreveram a propósito do Preste João das Índias, não passaria de "patranhas", de "erros", de "inexatidões" ³⁴.

Vejamos portanto: num primeiro momento, a figura do Preste João é a de um soberano poderoso, pleno de virtudes cristãs, reinando sobre uma nação de gente virtuosa, nos antípodas da Europa (Mandeville afirma-o expressamente). Do outro lado do mundo, e num discurso marcadamente ideológico, o Preste João surge como um semelhante, e o seu reino como uma projecção de carácter utópico da sociedade ocidental. Mas, ao mesmo tempo que toda a cartografia medieval era posta em questão, e que toda uma massa importante de informações novas, recolhidas por viajantes, por missionários, exigia ser inteligida, deparamos com um esforço de adequação dessas informações às categorias vigentes: já não na Índia mas em África, e já não um Preste que contacta mas um rei que é contactado, ele é ainda um Preste João para Francisco Álvares, o seu reino está semeado de grandes cidades, de igrejas e conventos. Os reis etíopes são "irmãos" dos reis portugueses.

Durante o período da missão jesuíta, e este é um aspecto a sublinhar, a realidade social, geográfica, histórica do reino etíope é obsessivamente descrita. Mas os textos jesuítas evocam uma realidade muito particular e descrevem factos muito específicos: essa "realidade" é um espelho negativizado da "fantasia" do Preste João medieval. O rei "real" etíope continua, nos escritos jesuítas, a depender da "imaginação" do rei fabuloso. Mas, em vez de sujeitarem a realidade etíope à imagem do Preste como o fizeram, por exemplo, os escritores dominicanos ³⁵, optam por inverter, ponto a ponto essa imagem. Não sendo convertível à verdadeira fé não pode ser senão um rei gentílico, que reina sobre uma sociedade negativizada (bárbara), que deixou de suportar a comparação com a sociedade ocidental.

A tal ponto, que acaba por ser possível restabelecer, com Jerónimo Lobo, através de um complicado jogo de espelhos, a "realidade" do Preste no seu próprio reino - a Índia - mas num tempo irremediavelmente passado; e a "realidade" do seu contrário, o rei etíope - num espaço tornado inacessível. Neste momento, e quando as duas imagens se tornaram tão indiscutivelmente diversas, entre si e em relação à sociedade ocidental, a operacionalidade do motivo do Preste João perdeu-se, enquanto elemento de discurso.

RESUMO:

Ao abordar, no âmbito da literatura de viagens europeia, as figuras antitéticas de um soberano oriental "maravilhoso" e cristomimético (o Preste João das Índias) e de um rei

³⁴ Cf. C. R. Boxer, *O Império colonial português 1415-1825*, Lisboa, 1981, p. 46. Cf. L. Albuquerque, op. cit., pp.108 seq.

³⁵ Ver, nomeadamente, a *Historia ecclesastica, política, natural y moral de los grandes y remotos Reynos de la Etiopia, Monarchia del Emperador llamado Preste Juan de las Indias*, do dominicano Luis de Urreta (publicada em Valência, em 1610).

africano "real" (o *Negus* etíope) procurei isolar um quadro ideológico que possa ter constituído o pano de fundo da transformação espacial e temporal de uma imagem bifacetada dos antípodas do mundo ocidental entre o séc. XII e o séc. XVII. Procurei assim questionar, através deste tema particular, a distância estabelecida frequentemente pela historiografia portuguesa entre o "imaginário medieval" e o "rigor descritivo do observado" no período dos descobrimentos portugueses.